

POR UMA CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ATRAVÉS DO MODO DE VIDA RURAL E/OU URBANO

Gustavo Bastos Braga
Ana Louise Carvalho Fiúza
Paula Cristina Remoaldo

1. INTRODUÇÃO

As sociedades rurais vêm passando por fortes transformações em todo o mundo, em virtude da influência de uma série de fenômenos, tais como: o estreitamento das distâncias entre campo e cidade, mediante a melhoria das estradas e do acesso aos meios de transporte; a disseminação de tecnologias, nomeadamente, das TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação); a maior participação dos habitantes do campo na sociedade de consumo; a ampliação da universalização dos direitos sociais e trabalhistas, os quais passam a chegar também aqueles que vivem no campo; dentre outros fatores. Tais mudanças têm recebido várias denominações, tais como: “novo rural” (SILVA; GROSSI, 1998), “nova ruralidade” (CARNEIRO, 1999, 1998) ou “urbanização da sociedade rural”, Rambaud (1973), Wirth (2005), Lefebvre (1971; 1999), Endrich (2010), dentre outros.

O que se percebe, nestas categorias utilizadas para expressar as transformações pelas quais as sociedades rurais vêm passando é uma imprecisão em torno do próprio conceito de rural. Esta imprecisão conceitual extrapola os limites teóricos e acarreta dificuldades de operacionalização empírica, como na formulação de políticas públicas e de estratégias de intervenção social. Muitas vezes os pesquisadores utilizam a categoria rural tomando-a como algo dado, sem sequer defini-la, deixando em aberto à concepção teórica que sustenta a sua aplicação, como se isto fosse uma redundância. Esta imprecisão na utilização do conceito de “rural” acontece tanto na literatura acadêmica, quanto nas organizações internacionais e nos governos. Coca et al. (2012) são alguns dos autores que se preocuparam com a dificuldade em definir o conceito de “rural”, demonstrando

o quão confusa é a concepção econômico-geográfico-sociológica deste conceito.

Defendemos nesta tese que o entrelaçamento da concepção de “rural” como “espaço físico” e como “campo” traz muitas confusões interpretativas. Por exemplo, muitos estudos na área de sociologia rural ao se referirem à “morte do rural”, não estão querendo se referir à morte do espaço físico. No entanto, a falta de uma fundamentação teórica para “rural” faz com que ao se tratar de outras manifestações, tais como: do “revival do rural”, do “novo rural”, das “urbanidades do rural”, do “espaço rural” dentre tantas outras expressões, o rural seja tomado ora como “espaço físico”, ora como “modo de vida” e, outras vezes, como uma interação entre os dois. Assim, tomar rural, ao mesmo tempo como “espaço físico” e como “modo de vida” pode trazer várias dificuldades analíticas. Assim, nesta tese não se tratará por “rural” aquilo que se refere às características relativas a um “espaço físico” caracterizado por sua baixa densidade populacional e pela relativa importância das atividades primárias, como a agricultura e o extrativismo vegetal e mineral. Este espaço físico, caracterizado por estes atributos, pode assumir a dimensão espacial de “campo”, de aldeia, de vila, de pequeno município, de território, mas não de rural. O propósito desta tese é o de não predeterminar as características socioeconômicas que modelam o espaço físico, como marcado por um “modo de vida rural” e/ou “urbano”. Assume-se nesta tese o espaço como metamorfose, no sentido concebido por Santos (1997). Para o autor o espaço pode revelar características rurais ou urbanas, mas isto não está dado a priori. Segundo ele, os “territórios agrícolas” podem conter cidades, assim como os “territórios urbanos” que continham campos. Ou seja, o espaço é concebido de forma multifacetada, como algo em movimento, que não está dado, pronto, mas que se metamorfoseia, na sua constante interação com o homem e com as forças da natureza.

Desta forma, trabalhamos nesta tese com um marco teórico elaborado a partir do suporte analítico de quatro grandes pensadores que construíram suas obras analisando as transformações pelas quais passam as sociedades humanas: Wirth (2005), Rambaud (1969), Lefebvre (1971) e

Santos (1997). Em comum, estes autores de diferentes momentos da história humana, têm o fato de interpretar as metamorfoses do espaço, o seu processo de constituição, não o tomando como definido à priori. Complementam e atualizam os pressupostos teóricos abertos por estes autores clássicos, os estudos de outros pesquisadores contemporâneos que têm procurado imprimir maior rigor conceitual à categoria “rural”, não a utilizando indistintamente como sinônimo de “campo”, “espaço rural”, “ruralidade”, “novo rural”, “meio rural”. Dentre estes autores os geógrafos têm destaque, embora apareça de forma crescente, também sociólogos, tais como: Ferrão (2000), Remoaldo (2002), Cavaco (2004, 2005), Sposito e Whitacker (2010), Fiúza et al. (2012), dentre tantos outros.

Assim, nesta tese compreende-se o espaço (campo) e o tempo (modo de vida), em constante interação e movimento, mas como contendo características distintas. Assim, “campo”, “aldeia”, “vila”, “cidade”, “território”, são tomados como espaços físicos que podem manifestar “modos de vida rurais e/ou urbanos”. Desta forma, a caracterização do espaço físico através da utilização de índices, como é o propósito desta tese é uma forma de precisar os contornos e dimensões urbanas e rurais que o espaço pode manifestar. A utilização de índice de caracterização do espaço não é uma ideia propriamente nova, sendo encontrados diferentes índices na literatura acadêmica. Encontram-se índices de ruralidade em um vasto número de estudos no Reino Unido, em Portugal, na Espanha e em vários outros países europeus, assim como, em alguns países da América Latina e mesmo em algumas regiões do Brasil. No entanto, muito poucos destes índices concebem o espaço como uma metamorfose, como construção, como algo que se modifica, de forma muito dinâmica através da intervenção humana. A perspectiva proposta no decorrer desta tese é a de caracterizar o espaço segundo as manifestações dos modos de vida rurais e/ou urbanos.

Estes índices referentes a caracterização do espaço, incorrem para além da imprecisão conceitual em um outro risco, ao não considerarem as especificidades relativas a cada país, região e demais espaços físicos. Todavia, as experiências de aplicação de índices de caracterização do es-

paço elaborados em outros países pode ajudar na elaboração do índice ora proposto, com a vantagem deste ser conceitualmente claro, uniforme e voltado para as especificidades relativas aos diferentes espaços no Brasil. A caracterização do território através de um índice que aponte as suas características rurais e/ou urbanas, segundo o modo de vida nele presente, pode vir a oferecer inúmeros benefícios práticos, especialmente, no âmbito das políticas públicas. Neste sentido, destaca-se, que este estudo irá trabalhar com a concepção de “território” e não de “espaço”, em função das políticas públicas brasileiras estarem configuradas para a atuar em territórios. Esta é uma escolha puramente pragmática, que tem o intuito de facilitar a aplicação do índice de caracterização, aqui proposto, aos territórios demarcados pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Desta forma, adotou-se, nesta tese, a interpretação de Gomes (2015) de território. A autora recupera a concepção elaborada por Claude Raffestin (1993) acerca das discussões sobre o território. Este autor concebe território como um espaço criado pelo ser humano através de suas territorialidades políticas, econômicas e culturais, bem como pelas redes de circulação e comunicação por ele criadas. A autora recupera, ainda, os pressupostos teóricos de Saquet (2007), o qual afirma que este processo de constituição do território é o resultado histórico e social das relações de poder e de suas edificações, ou seja, o território manifesta-se de forma material e imaterial (SAQUET, 2007). Portanto, estas dimensões formam uma totalidade multidimensional e multiescalar com inúmeros interesses, que não são meramente políticos e econômicos, mas que envolvem, também, necessidades culturais e ambientais. Assim, para Gomes (2015), o território pode ser entendido como o quadro de vida que permite aos grupos e sujeitos a (re) produção da própria existência através do controle do espaço, das pessoas e dos fenômenos pertinentes a cada situação por eles vivida. Contudo, para se *caracterizar o território* como tendo dimensões rurais e/ou urbanas o grande desafio, sem dúvida, é a própria conceptualização de “rural”. Nesse sentido questionasse nesta tese: Poderíamos continuar a caracterizar o campo como rural no Brasil? Se, sim, em que territórios? Em termos de quais características? Poder-se-ia conceber, ain-

da, que o Brasil apresentaria, também, um campo urbanizado? Se, sim, em que territórios e em que aspectos?

Esta tese teve por objetivo geral caracterizar os territórios em diferentes regiões brasileiras, considerando, na caracterização dos mesmos, a dimensão dos modos de vida “rural” e “urbano” presentes nos assentamentos populacionais. Para além deste objetivo geral a tese teve 5 objetivos específicos: 1) Utilizar as experiências de construção de índices de ruralidade desenvolvidas em países como Portugal, Reino Unido, Turquia e Estados Unidos, inserindo as variáveis balizadoras do índice de ruralidade que tais países adotaram, dentro do campo conceitual adotado na pesquisa; 2) Identificar nas bases, de dados existentes no Brasil, as variáveis para utilização na caracterização dos territórios nas diferentes regiões brasileiras; 3) Aplicar, no Brasil, as metodologias de caracterização de “territórios rurais” utilizadas por organismos internacionais; 4) Criar e aplicar um índice de caracterização dos modos de vida rural e urbano aplicável aos diferentes territórios no Brasil, utilizando para além dos dados demográficos tradicionais, as características relativas a estes modos de vida. 5) Avaliar a importância da dimensão social e do constructo “modo de vida rural e urbano” na caracterização do território, em uma perspectiva teórica e empírica, condicionada a realidade brasileira.

2. METODOLOGIA

A proposição desta tese é criar um índice, para ser aplicado no território brasileiro, balizado pela ideia que rural e urbano são modos de vida que caracterizam um território, essa é uma forte corrente na literatura, como já apresentado na tese. Toma-se aqui, território como proposto por Haesbaert (1999, 2004), que entende o conceito como a forma que as pessoas fazem o uso da terra. Dada essa característica do território, pode-se entender que modos de vida distintos produzem territórios distintos. Ainda pode-se ver que em um mesmo espaço geográfico podem haver múltiplos territórios, assim como múltiplos modos de vida, como aponta por Haesbaert (1999, 2004).

Dessa forma, o índice que caracteriza a definição de territórios verificará qual é a predominância de um modo de vida em uma determinada área. Essa predominância é esperada, sob a perspectiva de modos de vida de Sorré (1948). O autor mostra em seus estudos que uma alteração no espaço o qual os indivíduos habitam, altera, conseqüentemente, seus modos de vida. Com exemplo, o autor mostra os que esquimós no Ártico, com o desaparecimento das geleiras, viram-se impossibilitados de manter seu modo de vida tradicional, que dependia das mesmas. De forma análoga, pode imaginar que um modo de vida rural teria dificuldade de se sustentar em uma grande cidade, com amplo acesso a meios tecnológicos. Bem como, um modo de vida urbano seria improvável em um meio isolado, onde não haja nenhum tipo de consumo de bens ou acesso a recursos tecnológicos.

Os espaços geográficos mais propensos ao modo de vida rural, nessa tese são chamados de campo. O campo seria caracterizado por uma limitada artificialização do espaço. No entanto, é possível manter no campo um modo de vida urbano, porém é esperado que esse se apresente com menor intensidade. De forma equivalente, a cidade seria um espaço geográfico, onde predomina-se a artificialização e o uso de tecnologias. Assim, em uma cidade é mais propenso o modo de vida urbano, contudo, é possível manter traços do modo de vida rural nesses ambientes, ainda que residuais (ENDLICH, 2010).

Seguindo esse raciocínio, o índice, que será apresentado, não procura delimitar as áreas que podem ser consideradas campo ou cidade, mas, sim de verificar qual a intensidade da presença do modo de vida rural e urbano em áreas pré-determinadas. De tal forma que, pelo índice, seja possível vislumbrar traços de ruralidade em cidades e tons de urbano no campo. Para isso é necessário selecionar variáveis, dentro das disponíveis, para a criação do índice.

Procurando o equilíbrio entre a parcimonia e a aproximação do ideal, foram selecionadas para a composição do índice seis variáveis. Essas variáveis seriam proxies para a concepção de um modo de vida, em um extremo rural e noutro urbano. O índice busca a intensidade que os

indivíduos se assemelham de um tipo ideal, no sentido weberiano, rural ou urbano. Rural e urbano, deste modo, não são duais e antagônicos empiricamente, mas, sim duas categorias teóricas distintas e mutuamente excludentes. A Tabela 1 apresenta como se comportam as variáveis selecionadas, de acordo com o tipo ideal rural e o tipo ideal urbano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como explicado anteriormente, o índice de caracterização de territórios visa caracterizar as mesorregiões brasileiras em uma escala que varia de 0 (predominância do modo de vida rural) a 1 (predominância do modo de vida urbano). Esse índice se difere dos índices de ruralidade, apresentados nessa tese, por considerar que o rural e o urbano são modos de

TABELA 1. A relação entre os tipos ideais e as variáveis presentes no índice

Variável inserida no índice	Tipo ideal rural	Tipo ideal urbano
Trabalho	Relativo a atividades agrícolas e com intensa dependência da terra e de fatores biológicos	Relativo a atividades não agrícolas e com pouca, ou nenhuma, dependência da terra e de fatores biológicos
Escolaridade	Limitada, o indivíduo não tem acesso a instituições de ensino que ofereçam maior titulação	Ilimitada, o indivíduo tem a possibilidade de atingir altos níveis de titulação sem se deslocar
Renda	Menor, dada a impossibilidade de se desvincular de fatores biológicos e agregar mais valor ao trabalho. Predomínio do auto-consumo e ausência de artefatos tecnológicos modernos	Maior, a industrialização e a maior escolaridade permitem ao indivíduo galgar maiores rendimentos. Predomínio do consumo de bens industrializados e com altos níveis tecnológicos
Tempo de deslocamento a grandes centros	Maior, há a necessidade de se despende de mais tempo para chegar a centros com maior população	Menor, o próprio centro seria o local ideal do indivíduo urbano, sendo que a medida que se afasta deste centro, mais distante fica do tipo ideal urbano
Acesso a iluminação artificial	Quando não é ausente é precário	Sempre presente e com boa qualidade
Fonte: Elaboração pelos autores baseados em (GRUPO DE ESTUDOS RURAIS: AGRICULTURAS E RURALIDADES, 2014)		

vida, e não espaços geográficos, em si. Contudo, é óbvia a inter-relação dos assentamentos humanos com o entorno em que habita. A literatura acadêmica apresenta em abandonar as delimitações tradicionais de urbano e rural, baseadas normalmente em dados demográficos, passando a utilizar, cada vez mais, as dimensões do modo de vida em suas concepções (CLOKE; MILBOURNE, 1992; ÖGDÜL, 2010). Todavia, ainda que compreender rural e urbano, como um modo de vida, nos desvencilhe de uma série de limitações apresentadas no decorrer dessa tese, essa abordagem apresentará as suas próprias limitações, como por exemplo, as limitações para se selecionar proxies relativas ao modo de vida e obter dados individuais com uma agregação geográfica pequena.

Consciente das limitações intrínsecas ao estudo, o Índice de Caracterização de Territórios (ICT) busca identificar os modo de vida dos territórios, segundo os tipos ideias urbanos e rurais. Feitos esses comentários, essenciais para a compreensão dos resultados, passa-se adiante para a aplicação do índice de caracterização de territórios. O índice foi composto pela média aritmética dos subíndices apresentados ao longo da tese.

$$ICT = \frac{1}{5} Subíndice_{trabalho} + \frac{1}{5} Subíndice_{educação} + \frac{1}{5} Subíndice_{renda} + \frac{1}{5} Subíndice_{tempo\ de\ deslocamento} + \frac{1}{5} Subíndice_{iluminação}$$

Onde ICT é o resultado do índice de caracterização de territórios.

O índice de caracterização de territórios foi composto pelos subíndices, onde são consideradas variáveis que auxiliam compreender o modo de vida. Espera-se que seu resultado reflita características do modo de vida. A aplicação do índice nas mesorregiões brasileiras mostrou resultados que variaram de 0,044, no Distrito Federal, a 0,996, no Norte Amazonense. A média dos resultados para o índice de caracterização de territórios, de 0,461; evidenciou que, em média, o Brasil, tinha territórios que podiam ser caracterizados como rurais. Entretanto, pôde-se observar que havia certa homogeneidade nos dados, uma vez que o desvio padrão foi de 0,173. Esses resultados reforçaram os estudos de Endlich (2010) e

Braga et al. (2015), que apresentaram o Brasil como um país no qual predominava o modo de vida urbano, ante ao rural. As mesorregiões caracterizadas como as mais urbanas, como o Distrito Federal, a Metropolitana de São Paulo e a Metropolitana do Rio de Janeiro, foram aquelas em que se situavam algumas das maiores cidades brasileiras, com grande importância política e econômica. Em contrapartida, as mesorregiões do interior do estado do Amazonas, do Norte Amazonense, do Sudoeste Amazonense e do Sul Amazonense, figuraram como as mais rurais, sendo conhecidas pelas dificuldades em infraestrutura e pela ausência de grandes parques industriais.

Os resultados do índice de caracterização de territórios proposto, não corresponderam a aplicações de índices internacionais no território brasileiro. As três mesorregiões citadas como as que se destacaram como as mais rurais nos índice proposto na tese, foram classificadas como “Intermediárias” na classificação da OCDE e duas delas, o Sudoeste Amazonense e o Sul Amazonense, receberam também a classificação de “Intermediárias” nos critérios propostos pelo Eurostat. Isto evidencia que, as dimensões consideradas por estes organismos internacionais, não consideravam o modo de vida em sua elaboração. A disposição espacial, dos resultados do índice de caracterização de territórios, é vital para uma compreensão dos resultados, visto que o meio e o modo de vida estão inter-relacionados (ENDLICH, 2010; SORRE, 1948, 1958). A Tabela 2 mostra os resultados finais do índice de caracterização de territórios, para o Brasil.

A partir da Tabela 2 é possível traçar uma linha latitudinal na mesorregião do Distrito Federal que separa os territórios caracterizados pela predominância do modo de vida rural e ao sul os territórios em que impera o modo de vida urbano. Contudo, há exceções tanto dentro do Brasil predominantemente urbano, quanto rural: as mesorregiões no litoral nordeste, onde estão situadas as capitais estaduais e a mesorregião Metropolitana de Belém, apresentam características urbanas, apesar de estarem situadas dentro da linha imaginária que demarca o Brasil predominantemente rural. Ao sul da linha imaginária também há exceções, mesorregiões com características mais rurais, o Centro-sul Paranaense, o Sudeste paranaense

TABELA 2. Índice de caracterização de territórios para as mesorregiões

Código Mapa	Mesorregião	Índice de caracterização de territórios
1	Madeira-Guaporé	0.510
2	Leste Rondoniense	0.582
3	Vale do Juruá	0.789
4	Vale do Acre	0.544
5	Sul Amazonense	0.889
6	Sudoeste Amazonense	0.944
7	Norte Amazonense	0.966
8	Centro Amazonense	0.581
9	Sul de Roraima	0.804
10	Norte de Roraima	0.529
11	Sudoeste Paraense	0.783
12	Sudeste Paraense	0.656
13	Nordeste Paraense	0.710
14	Metropolitana de Belém	0.307
15	Marajó	0.839
16	Baixo Amazonas	0.764
17	Sul do Amapá	0.533
18	Norte do Amapá	0.759
19	Oriental do Tocantins	0.456
20	Ocidental do Tocantins	0.548
21	Sul Maranhense	0.590
22	Oeste Maranhense	0.646
23	Norte Maranhense	0.523
24	Leste Maranhense	0.666
25	Centro Maranhense	0.673
26	Sudoeste Piauiense	0.691
27	Sudeste Piauiense	0.637
28	Norte Piauiense	0.606
29	Centro-Norte Piauiense	0.457
30	Sul Cearense	0.509
31	Sertões Cearenses	0.656
32	Norte Cearense	0.601
33	Noroeste Cearense	0.593
34	Metropolitana de Fortaleza	0.263

Fonte: Elaborado baseado nos dados de Nelson (2008), IBGE (2013) e NOAA (2015).

Código Mapa	Mesorregião	Índice de caracterização de territórios
35	Jaguaribe	0.587
36	Centro-Sul Cearense	0.570
37	Oeste Potiguar	0.485
38	Leste Potiguar	0.290
39	Central Potiguar	0.519
40	Agreste Potiguar	0.586
41	Sertão Paraibano	0.516
42	Mata Paraibana	0.293
43	Borborema	0.598
44	Agreste Paraibano	0.481
45	Sertão Pernambucano	0.621
46	São Francisco Pernambucano	0.544
47	Metropolitana de Recife	0.187
48	Mata Pernambucana	0.472
49	Agreste Pernambucano	0.545
50	Sertão Alagoano	0.626
51	Leste Alagoano	0.376
52	Agreste Alagoano	0.547
53	Sertão Sergipano	0.613
54	Leste Sergipano	0.334
55	Agreste Sergipano	0.516
56	Vale São-Franciscano da Bahia	0.662
57	Sul Baiano	0.514
58	Nordeste Baiano	0.634
59	Metropolitana Salvador	0.261
60	Extremo Oeste Baiano	0.611
61	Centro Sul Baiano	0.633
62	Centro Norte Baiano	0.589
63	Zona da Mata	0.372
64	Vale do Rio Doce	0.453
65	Vale do Mucuri	0.545
66	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	0.342
67	Sul/Sudoeste de Minas	0.381
68	Oeste de Minas	0.377
69	Norte de Minas	0.553

Fonte: Elaborado baseado nos dados de Nelson (2008), IBGE (2013) e NOAA (2015).

Código Mapa	Mesoregião	Índice de caracterização de territórios
70	Noroeste de Minas	0.516
71	Metropolitana de Belo Horizonte	0.249
72	Jequitinhonha	0.617
73	Central Mineira	0.451
74	Campo das Vertentes	0.362
75	Sul Espírito-santense	0.430
76	Noroeste Espírito-santense	0.489
77	Litoral Norte Espírito-santense	0.417
78	Central Espírito-santense	0.272
79	Sul Fluminense	0.284
80	Norte Fluminense	0.317
81	Noroeste Fluminense	0.364
82	Metropolitana do Rio de Janeiro	0.165
83	Centro Fluminense	0.342
84	Baixadas	0.264
85	Vale do Paraíba Paulista	0.252
86	São José do Rio Preto	0.261
87	Ribeirão Preto	0.241
88	Presidente Prudente	0.312
89	Piracicaba	0.214
90	Metropolitana de São paulo	0.131
91	Marília	0.252
92	Macro Metropolitana Paulista	0.228
93	Litoral Sul Paulista	0.427
94	Itapetininga	0.385
95	Campinas	0.180
96	Bauru	0.270
97	Assis	0.307
98	Araraquara	0.245
99	Araçatuba	0.281
100	Sudoeste Paranaense	0.424
101	Sudeste Paranaense	0.541
102	Oeste Paranaense	0.352
103	Norte Pioneiro Paranaense	0.403
104	Norte Central Paranaense	0.278

Fonte: Elaborado baseado nos dados de Nelson (2008), IBGE (2013) e NOAA (2015).

Código Mapa	Mesorregião	Índice de caracterização de territórios
105	Noroeste Paranaense	0.370
106	Metropolitana de Curitiba	0.225
107	Centro Oriental Paranaense	0.373
108	Centro Ocidental Paranaense	0.400
109	Centro-Sul Paranaense	0.506
110	Vale do Itajaí	0.280
111	Sul Catarinense	0.318
112	Serrana	0.430
113	Oeste Catarinense	0.418
114	Norte Catarinense	0.294
115	Grande Florianópolis	0.180
116	Sudoeste Rio-grandense	0.409
117	Sudeste Rio-grandense	0.408
118	Noroeste Rio-grandense	0.424
119	Nordeste Rio-grandense	0.320
120	Metropolitana de Porto Alegre	0.252
121	Centro Oriental Rio-grandense	0.413
122	Centro Ocidental Rio-grandense	0.357
123	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	0.446
124	Pantaneis Sul Mato-grossense	0.518
125	Leste de Mato Grosso do Sul	0.425
126	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	0.322
127	Sudoeste Mato-grossense	0.507
128	Sudeste Mato-grossense	0.411
129	Norte Mato-grossense	0.570
130	Nordeste Mato-grossense	0.593
131	Centro-Sul Mato-grossense	0.349
132	Sul Goiano	0.416
133	Norte Goiano	0.543
134	Noroeste Goiano	0.547
135	Leste Goiano	0.464
136	Centro Goiano	0.288
137	Distrito Federal	0.044

Fonte: Elaborado baseado nos dados de Nelson (2008), IBGE (2013) e NOAA (2015).

e o Pantanal Sul Matogrossense, apresentaram índice de caracterização de territórios com valores superiores a 0,5, ou seja, com um predomínio do modo de vida rural.

4. CONCLUSÕES

Definir o que é rural tem se mostrado uma tarefa hercúlea. Os pesquisadores nesse campo se deparam com tarefas de alta complexidade. Procurou-se, nesta pesquisa, fundamentar teoricamente o constructo de rural e urbano como modo de vida a fim de que este constructo pudesse ser usado para caracterizar o território. Na verdade, o grande pressuposto que tangenciou toda a concepção desta tese tem a sua fundamentação nas discussões referentes a relação entre “tempo” e “espaço”, como categorias distintas embora entrelaçadas. Conceber o espaço físico como forma e o modo de vida (tempo) como conteúdo, oportuniza perceber que o espaço é dinâmico e não algo pronto e acabado. Um território pode em determinado tempo, ter apresentado um modo de vida rural e ter passado a apresentar contorno urbanos subsequentemente, sendo possível que o contrário também ocorresse.

Buscando suporte na literatura nacional e internacional, bem como nas instituições que procuraram delinear o rural, constatou-se a ausência de um mainstream e, a sobreposição dos questionamentos às soluções. O que imediatamente atíça o espírito científico: abundância de questões e ausência de respostas. Este é o melhor dos cenários para o cientista inquieto. Ao se analisar os dados, um caminho que se despontou como promissor, foi o *approach* de se tomar rural como um modo de vida. Durante a realização da pesquisa bibliográfica foi crescendo a convicção acerca das vantagens de se tomar esse caminho. Identificou-se, da mesma forma, a utilidade da construção de um índice, que pudesse caracterizar a predominância do modo de vida no território brasileiro.

Dada essa possibilidade, essa tese buscou criar índice de caracterização de territórios, pautado nos modos de vida rural e urbano, os tomando como tipos ideais. Ao se analisar o caso brasileiro, deparou-se com um vá-

cuo em termos dos critérios objetivos para a caracterização do rural. Não havia qualquer definição formulada com critérios científicos empregada em nível nacional. Como sabemos a natureza abomina o vácuo! Assim, buscando atuar nesse vazio de definições empiricamente aplicável em nível nacional, buscou-se elaborar e aplicar o índice de caracterização de territórios no Brasil.

Os resultados mostraram algo, de certa forma, já comum na sociohistória brasileira: a constatação da existência de dois países distintos, dois “Brasis”, sob um mesmo governo e nação. O primeiro, mais ao sul e ao litoral, pautado na industrialização, com infraestrutura de transportes, com mais renda, iluminado por luzes artificiais, permeado por uma predominância de um modo de vida urbano, salpicado por territórios rurais. O outro Brasil, mais ao norte e ao interior, marcado pelo predomínio das atividades ligadas à terra, pelo deslocamento moroso, pela menor renda e por um céu iluminado apenas por constelações, no qual o modo de vida rural impera.

Obviamente, há certa hipérbole e romantismo nas afirmações do parágrafo anterior. Pede-se aqui uma licença poética para, tão somente, destacar os resultados que aferem as discrepâncias dentro do território brasileiro, geograficamente constatáveis, no que tange à aplicação do constructo relativo ao modo de vida rural e urbano. Contudo, justamente os resultados relativos às características dos territórios ruralizados dentro destes dois Brasis que foram mapeados através da aplicação dos constructos relativos aos modos de vida rural e urbano, merecem atenção. Mais do que apenas a identificação dos territórios e municípios rurais, o índice oferece a possibilidade do acompanhamento das várias dimensões que compõem o índice, de forma objetiva, ao longo dos anos. A aplicação do “Índice de Caracterização dos Territórios” torna viável aos gestores públicos compreender melhor a área sob sua administração. Aqui, não se encerra ou esgota-se a questão, o fim é somente a partida para uma jornada na procura por critérios de caracterização do território, permeada pelo modo de vida dos assentamentos humanos que os habita.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, G. B.; REMOALDO, P. C.; FIÚZA, A. L. DE C. A Methodology for Definition of Rural Spaces: An Implementation in Brazil. *Ciência Rural*, 2015.
- CARNEIRO, M. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 323–344.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, p. 53–75, 1998.
- CAVACO, C. Desafios do desenvolvimento rural: notas de leitura. *Finisterra: Revista portuguesa de geografia*, v. 6, 2004.
- CAVACO, C. As paisagens rurais: do “determinismo natural” ao “determinismo político”? *Finisterra: Revista portuguesa de geografia*, p. 73–101, 2005.
- CLOKE, P.; MILBOURNE, P. Deprivation and Lifestyles in Rural Wales . - II . *Rurality and the Cultural Dimension*. v. 8, n. 4, p. 359–371, 1992.
- COCA, J. R. et al. Theoretical Reflection About a Fuzzy Definition of the Rural. *Sociología y tecnociencia*, v. 1, n. 2012, p. 44–54, 2012.
- ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Eds.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11–31.
- FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *Sociologia, Problemas e Práticas*, p. 45–54, 2000.
- FIÚZA, A. L. DE C.; PINTO, N. M. DE A. *The contribution of conceptual distinction between “field” and “rural” and “city” and “urban” for researchers of rural sociology*. XIII World Congress of Rural Sociology. July 29 to August 4. Anais...Lisboa: 2012
- GOMES, N. F. M. *A mobilidade socioespacial dos rurais e suas expressões cidadinas: uma análise do município de Araponga, MG*. Viçosa: Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - Universidade Federal de Viçosa, 2015.

- GRUPO DE ESTUDOS RURAIS: AGRICULTURAS E RURALIDADES. *Características constitutivas do perfil relativo ao “Modo de vida rural” e ao “Modo de vida Urbano”*. Viçosa: Gerar, 2014.
- HAESBAERT, R. *Identidades territoriais*. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 169–190, 1999.
- HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004.
- IBGE. *Microdados do Universo do Censo 2010*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/>. Acesso em: 22 set. 2014.
- LEFEBVRE, H. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H.; GAVIRIA, M. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1971. v. 41
- NATIONAL OCEANIC AND ATMOSPHERIC ADMINISTRATION. *Version 4 DMSP-OLS Nighttime Lights Time Series*. Washington: National Geophysical Data Center, 2015.
- NELSON, A. *Travel time to major cities: A global map of Accessibility*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2008.
- ÖĞDÜL, H. G. Urban and Rural Definitions in Regional Context: A Case Study on Turkey. *European Planning Studies*, v. 18, n. 9, p. 1519–1541, set. 2010.
- RAMBAUD, P. *Sociedade Rural e Urbanização*. Paris: Edições de Seuil, 1973.
- REMOALDO, P. C. *Desigualdades territoriais e sociais subjacentes à mortalidade infantil em Portugal*. Série Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2002.
- SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, v. 22, n. 43, p. 55–76, 2007.
- SILVA, J. G. DA; GROSSI, M. E. DEL. A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro. Seminário Internacional Campo-Cidade. *Anais...Curitiba*: 1998
- SORRE, M. La notion de genre de vie et sa valeur actuelle. *Annales de Géographie*, v. 57, n. 306, p. 97–108, 1948.

SORRE, M. « GÉOGRAPHIE DES TEXTILES » DE MM. ANDRÉ ALLIX ET ANDRÉ GIBERT. *Annales de Géographie*, v. 67, p. 59–61, 1958.

SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WIRTH, L. El urbanismo como modo de vida. *Bifurcaciones: revista de estudios culturales urbanos*, n. 2, p. 7, 2005.

Agência Financiadora da Pesquisa: CAPES.

Banca: Ana Louise de Carvalho Fiúza, Marco Aurélio Marques Ferreira, José Ambrósio Ferreira Neto, Leonardo Civale, Henri Cócaro.